

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SMCET/FMC

SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

“GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026”

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

JULGAMENTO DE RECURSO

Número de Inscrição: 051/2026

Interessado: Caio Baldini

Nome do Projeto: Caio Baldini e Banda “Rock mais Café em Guaxupé”

Objeto do Recurso: Recurso administrativo – Recurso administrativo contra resultado da Etapa de Seleção – Edital de Fomento 07/2026

I. Relatório

Caio Baldini, proponente do projeto “Caio Baldini e Banda – Rock mais Café em Guaxupé”, interpôs recurso administrativo contra o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.

Em sua peça recursal, o proponente requer a reavaliação das pontuações atribuídas aos Critérios 2 (Concepção Artística, Originalidade e Relevância) e 3 (Viabilidade Técnica, Gestão Financeira e Equidade), alegando possível interpretação restritiva da proposta apresentada.

No que se refere ao Critério 2, sustenta que a originalidade do projeto reside, sobretudo, na execução de músicas autorais e na constante renovação do repertório, voltado a diferentes públicos. Argumenta, ainda, que aspectos performáticos adicionais não puderam ser plenamente detalhados em razão de variáveis externas relacionadas à execução do evento.

Quanto ao Critério 3, afirma que a planilha orçamentária segue modelo simplificado adotado em experiências anteriores, contemplando os custos dos músicos de forma global, incluindo despesas indiretas. Defende que os valores estão compatíveis com a prática de mercado e que a estrutura apresentada prioriza o fomento direto aos artistas.

II. Fundamentação

A Comissão de Seleção e Monitoramento procedeu à reanálise do recurso à luz dos critérios estabelecidos no edital e dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia e a motivação dos atos administrativos.

A execução de repertório autoral foi devidamente considerada na análise inicial como elemento positivo da proposta, por contribuir para a identidade artística do projeto.

Entretanto, a presença de músicas próprias, embora relevante, não constitui, por si só, fator suficiente para caracterizar elevado grau de originalidade, especialmente quando não

acompanhada de descrição mais aprofundada acerca da concepção estética, linguagem artística ou diferenciais estruturais da apresentação.

A alegação de constante renovação de repertório e adequação ao público também foi considerada, porém tais práticas são comuns no contexto de apresentações musicais e não configuram, isoladamente, inovação artística significativa para fins de pontuação máxima.

Adicionalmente, elementos performáticos não descritos no projeto não podem ser considerados na avaliação, uma vez que a análise se restringe às informações efetivamente apresentadas no momento da inscrição, conforme previsto no edital.

Dessa forma, não se verifica interpretação restritiva, mas sim avaliação técnica baseada no conteúdo formalmente submetido.

No que tange ao orçamento, a Comissão reconheceu a viabilidade geral da proposta e a coerência dos valores apresentados.

Todavia, a pontuação atribuída considerou o nível de detalhamento da planilha e a clareza na discriminação dos custos, elementos essenciais para a adequada análise da aplicação de recursos públicos.

A adoção de modelo simplificado, ainda que utilizada em experiências anteriores, não afasta a necessidade de atendimento às exigências específicas do edital vigente, que demanda maior detalhamento dos custos, identificação clara das despesas e justificativas compatíveis.

A concentração de valores em rubricas amplas, sem discriminação individualizada ou explicitação dos critérios de composição, limita a transparência da proposta e dificulta a aferição da equidade na distribuição dos recursos, justificando a pontuação atribuída.

Argumentos relativos à prática de mercado ou à inclusão implícita de despesas nos cachês não substituem a necessidade de apresentação detalhada e objetiva das informações, conforme exigido no instrumento convocatório.

III. Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que os argumentos apresentados no recurso não demonstram erro material, ilegalidade ou inadequação na aplicação dos critérios previstos no edital, limitando-se a reiterar aspectos já considerados na análise inicial.

A reavaliação confirma que as pontuações atribuídas aos Critérios 2 e 3 refletem adequadamente o nível de atendimento aos parâmetros qualitativos estabelecidos.

Assim, a Comissão de Seleção e Monitoramento decide pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo apresentado por Caio Baldini, mantendo-se inalterado o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.